

BARREIRAS DO ALEITAMENTO MATERNO N¹O CÁRCERE NO BRASIL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DO SÉCULO XXI

Breastfeeding barriers in prison in Brazil: a bibliographic review of the 21st century

REZENDE DA SILVA, LETICIA

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CHRISTINA DOS SANTOS FIGUEIRA DE CARDOSO, THEREZA

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CHANTAL MAGALHÃES DA SILVA, NATÁLIA

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: O presente estudo tem como objetivos, identificar as barreiras no processo de aleitamento materno no cárcere, quanto ao ambiente e tempo de permanência do recém-nascido com a mãe; analisar a legislação pertinente; e, o aporte profissional na promoção e educação em saúde para as lactantes a partir dos estudos selecionados na revisão. **Métodos:** revisão sistemática integrativa, de abordagem qualitativa elaborada em seis etapas: elaboração da pergunta norteadora, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa. **Resultados:** as barreiras encontradas a partir da revisão dos estudos foram promoção à saúde deficiente, rede de apoio insuficiente, ambiente inadequado e sentimentos negativos relacionados à separação do filho. **Conclusão:** o sistema carcerário é de fato limitador para o desenvolvimento da amamentação, contribuindo assim para o desmame precoce.

Palavras-chave: Aleitamento Materno ; Cárcere

Abstract: The present study aims to identify the barriers in the breastfeeding process in prison, regarding the environment and length of stay of the newborn with the mother; examine the relevant legislation; and, the professional contribution in health promotion and education for lactating women from the studies selected in the review. **Methods:** integrative systematic review, with a qualitative approach, elaborated in six stages: elaboration of the guiding question, search or sampling in the literature, data collection, critical analysis of the included studies, discussion of results and presentation of the integrative review. **Results:** the barriers found from the review of the studies were poor health promotion, insufficient support network,

¹ Normas para a Revista Intellectus: <http://www.revistaintellectus.com.br/Normas.aspx>

inadequate environment and negative feelings related to separation from the child.
Conclusion: the prison system is in fact a limiting factor for the development of breastfeeding, thus contributing to early weaning.

Key-words: Breastfeeding ; Prison

INTRODUÇÃO

Sabemos que saúde é um direito de todos, e deve ser garantida pelo Estado. De acordo com a Constituição Federal (1998) os princípios e diretrizes do SUS garantem o acesso às ações e serviços de saúde de forma universal em todos os níveis de assistência, que deve ser prestada de forma igualitária sem preconceitos e privilégios de qualquer espécie. Além disso, o cuidado prestado deve ser feito de forma integral, buscando atingir todos os âmbitos da vida do indivíduo, seja ele físico, psicológico, psicossocial, familiar, espiritual. O novo conceito de saúde, divulgado pela OMS (1946), expõe que a saúde é uma questão de bem estar completo e não apenas ausência de doença ou enfermidade.

Ao comentar sobre o acesso aos serviços de saúde, é importante lembrar que embora todos os direitos sejam garantidos, existem grupos negligenciados pelo Estado, como a população carcerária. Essa parcela da população sofre com os estigmas impostos pela sociedade, sendo considerados marginais e merecedores da falta de dignidade nas condições que vivem (SANTOS, 2015). Quando tratamos da saúde da mulher, a falta de estratégias, promoção da saúde e educação em saúde tem impactos extremamente negativos, pois a capacidade de gestar e amamentar exigem equipe especializada.

A população encarcerada é excluída e se torna vulnerável, pois são reféns de um sistema social que não reconhece sua existência e necessidades, principalmente no tocante à saúde. Há uma preocupação a respeito de como o aleitamento materno vem sendo desenvolvido nas penitenciárias femininas, pois o mesmo necessita de equipe especializada e de ambiência adequada, fatores escassos e problemáticos, num sistema prisional sobrecarregado e excludente (SANTOS, 2015).

Sobre as mulheres encarceradas, segundo os últimos dados estatísticos do Departamento Penitenciário Nacional, em dezembro de 2019 o número de mulheres que foram presas foi de 37.200. Essa estatística vem crescendo desde 2005, mas no ano 2016 chegou a 40.970. Ainda sobre esses dados, em 2019, das 37.200 mulheres, 16.558 eram pardas, 10.331 eram brancas, 4.741 eram pretas, 243 eram amarelas e 65 eram indígenas. As três penas mais registradas foram: crimes relacionados às drogas 50,94%, seguido de crimes contra o patrimônio 26,52% e crimes contra a pessoa 13,44%.

Dados do último Relatório Temático sobre Mulheres Privadas de Liberdade de 2017, do Sistema de Informações Estatísticas do Sistema Penitenciário Brasileiro (INFOPEN MULHERES), evidencia que no Brasil existem apenas 54 penitenciárias com cela/dormitório para gestantes de 205 penitenciárias feminino de todo país. Quanto às unidades com berçário e/ou centro de referência materno-infantil, foram contabilizados 48 presídios com capacidade para 341 bebês. Quanto à proporção de presa por vagas, 52,45% das penitenciárias femininas possuem até uma presa por vaga, 33,97% entre uma e duas presas por vaga, 9,51% entre duas e três presas por vaga, 2,45% possuem 4 ou mais presas por vaga e por fim, 1,63% possuem de três a quatro presas por vaga. No que tange aos profissionais de saúde da enfermagem, o sistema conta ao todo com 229 enfermeiros nas prisões femininas de todo o Brasil e 687 auxiliares e técnicos.

De acordo com a Divisão de Atenção às Mulheres e Grupos Específicos, em abril de 2020, das mulheres presas haviam 208 gestantes e 44 puérperas em todo território brasileiro. Nota-se certa escassez de dados atualizados fornecidos pelos órgãos responsáveis pelo sistema penitenciário feminino brasileiro.

Para Moutinho e Prates (2020), os locais de prisão preventiva são mal estruturados e construídos para atender ao gênero masculino, não atendendo as especificidades que uma mulher mãe, lactante e/ou gestante precisam. Além do fator ambiental, ter uma rede de apoio é de suma importância para a amamentação. O apoio oferecido por vizinhos, familiares e amigos impacta diretamente na adesão e manutenção da gravidez, porém, de acordo com Santos e Silva (2019) o estigma atribuído a mulheres encarceradas, impactam no abandono da família e

principalmente do companheiro quando ela adentra o sistema penitenciário (PRATES; SCHMALFUSS; LIPINSKY; 2015).

Associado à ambiência inadequada e rede de apoio deficiente, a lactante encarcerada também sofre com a falta de educação em saúde para auxílio da amamentação. De acordo com as Regras de Bangkok (2015) as lactantes devem receber conselhos sobre sua saúde e alimentação por profissional especializado, além de terem direito a um ambiente saudável. Porém, é evidente a falta de profissionais especializados e de estratégias para a promoção e educação em saúde.

Com base nesses dados, esse estudo justifica-se por conscientizar sobre as condições da amamentação no cárcere e como o papel dos profissionais de saúde nas ações de promoção e educação em saúde é importante nesse processo. Além disso, pode ser considerado uma crítica pois demonstra inconsistência na execução dos princípios e diretrizes do SUS para mulheres presas.

Dessa forma, objeto desse estudo se delineou nas barreiras existentes no sistema carcerário brasileiro que influenciam na experiência e sucesso do aleitamento materno. Para guiar o estudo, as questões norteadoras elaboradas foram: O ambiente oferecido nas penitenciárias femininas é propício à amamentação? As leis asseguram de fato a relação mãe-bebê dentro dos presídios? Existem atividades de promoção e educação em saúde a respeito do aleitamento materno?

O presente estudo tem como objetivos gerais analisar a produção bibliográfica acerca das barreiras do aleitamento materno no cárcere no Brasil e como objetivos específicos foram estabelecidos: identificar as barreiras no processo de aleitamento materno no cárcere, quanto ao ambiente e tempo de permanência do recém-nascido com a mãe; analisar a legislação pertinente; e, o aporte profissional na promoção e educação em saúde para as lactantes. Esse estudo também busca contribuir para a literatura, tendo em vista que o recorte populacional a respeito de mulheres lactantes e encarceradas demonstrou escassez de estudos na temática da amamentação.

DESENVOLVIMENTO

Metodologia

Trata-se de uma revisão sistemática integrativa de abordagem qualitativa, estruturada em seis etapas: elaboração da pergunta norteadora, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa (SOUZA ET AL; 2010). De acordo com Donato et al. (2019) por resumirem resultados de estudos originais de um determinado tema, esse tipo de estudo é considerado de alta evidência.

Na primeira etapa, usou-se o acrônimo PICo, onde *P= Population*, *C= Concept or Phenomenon of Interest* e *Co= Context*. A população em estudo foram mulheres lactantes encarceradas, o fenômeno de interesse se concentrou nas barreiras da amamentação no contexto do ambiente prisional brasileiro no século XXI. Assim, a pergunta norteadora formulada foi “Quais são as barreiras da amamentação em mulheres encarceradas no Brasil no século XXI?”.

Na segunda etapa ocorreu a busca dos artigos, onde utilizou-se o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Ensino Superior (CAPES) para busca de base de dados, através da estratégia da comunidade acadêmica federada (café). Foram usados os descritores de saúde (DeCS), Prisões e Cárcere, Aleitamento Materno e Amamentação e também palavras que não foram padronizadas como DeCS como Nutrizes, Mães e Mulheres Encarceradas. Foram usados indicadores booleanos *AND* e *OR*, para a combinação entre descritores e entre os descritores e as palavras não padronizadas pela Biblioteca Virtual de Saúde como descritores.

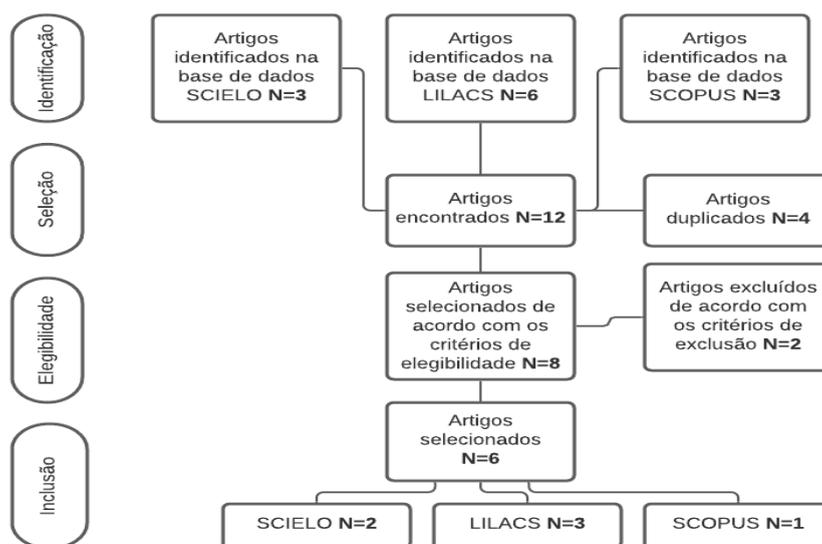
Foram selecionadas as bases de dados, *Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *SciVerse Scopus* (Scopus).

Os critérios de inclusão foram artigos publicados no Brasil, que discorram sobre a amamentação em mulheres encarceradas em prisões brasileiras do ano de 2001 a 2021. Foram adotados como critérios de exclusão os artigos em duplicata

nas bases de dados, editoriais e revisões de literatura e produções fora do Brasil. Os artigos foram salvos e organizados no aplicativo para *Desktop Mendeley*.

A figura 1 apresenta o fluxograma para a seleção dos artigos utilizados nesta revisão de literatura.

Figura 1: Fluxograma para seleção dos artigos utilizados, Rio de Janeiro, 2021



fonte: autoria própria

Criou-se instrumento para a transcrição dos dados relevantes para esse estudo com as seguintes itens: Autores, Objetivo, Métodos e Resultados. Os artigos também foram analisados segundo local e ano de publicação, além do nível de evidência, baseado na proposta de Melnyk & Fineout-Overholt (2005). Dessa forma concluiu-se a terceira etapa, de coleta de dados, e quarta etapa, definição do nível de evidência de cada artigo selecionado.

Resultados

Dos seis artigos selecionados nesta revisão, três foram publicados no nordeste do país (GUIMARÃES et al., 2017; MEDEIROS et al., 2020 e SANTOS et al., 2018), e três na região sudeste (MARIANO E SILVA, 2017; NUNES et al., 2020 e

BARROSO E FERRARI, 2016). Com relação ao ano, dois foram publicados em 2020, um em 2018, dois em 2017 e um em 2016.

Quanto ao nível de evidência de acordo com a proposta de Melnyk & Fineout-Overholt (2005) todos estudos foram classificados como nível VI, caracterizados por Evidências derivadas de um único estudo, descritivo ou qualitativo.

O quadro 1 apresenta a análise dos dados extraídos dos artigos que compuseram esta revisão.

Quadro 1: Análise dos dados extraídos dos artigos que compuseram esta revisão

Referências	Objetivos	Método	Resultados
MARIANO, G. J. D. S.; SILVA, I. A. Significando o amamentar na prisão. Texto & Contexto Enfermagem, São Paulo, v. 27, ed. 4, p. 1-11, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/4Lv7XCkjXNpWWtsJ5mfFTKh/?lang=pt# . Acesso em: 11 ago. 2021.	Compreender os significados da experiência de amamentar atribuídos por mulheres privadas de liberdade.	Foram entrevistadas 30 mulheres encarceradas, divididas em 3 grupos de acordo com características específicas de 6 penitenciárias de SP. As entrevistas foram gravadas, transcritas manualmente e submetidas a uma análise comparativa de acordo com os pressupostos de Strauss e Corbin.	A mulher reconhece o aleitamento materno como proteção à ela e à criança e que o mesmo evita a separação do filho. O desmame aos 6 meses e introdução de alimentos da instituição causam sofrimento, além do não convívio com a família. Reconhecem que o ambiente prisional de conflitos e maus hábitos causam perda à criança.
GUIMARÃES, M. L.; GUEDES, T. G.; DE LIMA, L. S.; MORAIS, S. C. R. V.; JAVORSKI, M.; LINHARES, F. M. P. Promoção do aleitamento materno no sistema prisional a partir da percepção de nutrizes encarceradas. Texto & Contexto Enfermagem, [s. l.], v. 27, ed. 4, p. 1-11, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tce/a/4LX5y7HVKbhFskh65z7J6mp/?lang=pt . Acesso em: 11 ago. 2021.	Desvelar a promoção do aleitamento materno no sistema prisional a partir da percepção de nutrizes encarceradas	Entrevistas semiestruturadas com 14 nutrizes encarceradas que conviviam com os filhos em AM. As questões norteadoras para a entrevista eram pertinentes à amamentação quanto às regras, apoio profissional e ambiente. Para análise, foram utilizadas as técnicas do Discurso do Sujeito Coletivo e dos sistemas abertos de Imogene King.	A saúde do bebê é o principal motivo para o AM. A penitenciária em questão trata o AM de forma impositiva. O cuidado é prestado de forma curativa focado no modelo biomédico e somente na saúde da criança. O ambiente oferecido é insalubre, superlotado e sem área de lazer.

<p>DOS SANTOS, R. M. A.; LINHARES, F. M. P.; MORAIS, S. C. R. V.; GUEDES, T. G.; GUIMARÃES, M. L. Diagnósticos de Enfermagem de mães encarceradas. Revista da Escola de Enfermagem da USP, Pernambuco, v. 52, p. 1-7, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reusp/a/tByFn7jQGQN8p48JRdfkYzD/?lang=pt. Acesso em: 11 ago. 2021</p>	<p>Identificar os Diagnósticos de Enfermagem de nutrizes em privação de liberdade pela Taxonomia II da NANDA-I.</p>	<p>Amostra de 18 mulheres em período de amamentação. A coleta de dados foi feita a partir de um instrumento de perguntas abertas e fechadas. Foram feitas as categorizações dos dados e posteriormente as evidências clínicas foram agrupadas em padrões e identificadas na taxonomia da NANDA-I, identificando suas classes e diagnósticos. Os DE listados foram armazenados e codificados por aplicativos e submetidos à análise de acurácia.</p>	<p>As nutrizes apresentaram, em 100% da amostra, os DE pela taxonomia da NANDA-I: Risco de vínculo mãe-filho prejudicado, Padrão de sexualidade ineficaz, Conhecimento deficiente sobre amamentação e Atividade de recreação deficiente. Acrescenta-se o DE Risco de amamentação interrompida, o qual não é padronizado pela taxonomia.</p>
<p>NUNES, L. R. D. C.; DESLANDES, S. F.; JANOTTI, C. B. Narrativas sobre as práticas de maternagem na prisão: a encruzilhada da ordem discursiva prisional e da ordem discursiva do cuidado. Caderno de Saúde Pública, [s. l.], v. 36, ed. 12, p. 1-11, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csp/a/WwcRZxZCnjmxJnBd7Jr5Gyq/abstract/?lang=pt. Acesso em: 11 ago. 2021.</p>	<p>Analisar o exercício das práticas de cuidado materno na prisão.</p>	<p>Foi utilizada a técnica de entrevistas narrativas não estruturadas. As entrevistas foram feitas com 2 mulheres que amamentaram no cárcere e com 3 profissionais que presenciaram essa realidade. As entrevistas foram analisadas através da leitura e categorização dos temas narrados, como proposto por Good.</p>	<p>As nutrizes sentem falta de uma rede de apoio, pois são responsáveis pelo cuidado integral do filho durante todo o tempo, independente do seu estado de saúde, além de não confiarem em outras detentas ou agentes para confiarem seus filhos. A mamadeira só era liberada a partir dos quatro meses, mesmo que a mulher não quisesse mais amamentar.</p>
<p>BARROSO, S. F.; FERRARI, I. F. Mãe encarcerada: laços e desenlaces com a criança. Pesquisas e Práticas Sociais, [s. l.], v. 11, ed. 1, p. 238-248, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000100019. Acesso em: 11 ago. 2021</p>	<p>Investigar o CRGPL como uma resposta social às questões do mal-estar na civilização atual, a partir do aprisionamento das mulheres e seus filhos.</p>	<p>Levantamento do perfil das detentas a partir de informações do “Prontuário Jurídico”, “Prontuário de Saúde” e de conversações.</p>	<p>A maioria das mães reconhece o cárcere limitador para o desenvolvimento do filho e que elas devem ter o direito de decidir sobre a estadia do filho ou não na prisão, já que não é justo que paguem por um crime que ele não cometeu.</p>

<p>MEDEIROS, A. N.; FERREIRA, B. M. V.; COSTA, L. V. F. D. A.; DA SILVA, J. C. B.; GUERRA, M. C. G. C.; ALBUQUERQUE, N. L. A. Aleitamento materno no sistema penitenciário: sentimentos da lactante. Ciência Plural, Pernambuco, v. 6, ed. 1, p. 18-31, 2020. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1052611. Acesso em: 20 ago. 2021.</p>	<p>Compreender os sentimentos das lactantes em situação prisional acerca da amamentação.</p>	<p>Investigação qualitativa de caráter exploratório e descritivo. Foram entrevistadas 08 mães de uma penitenciária no Recife através de um documento semiestruturado e toda entrevista transcrita na íntegra. A partir das entrevistas foram elencadas três categorias que emergiram dos discursos.</p>	<p>As três categorias emergidas foram: 1) amamentação, as mães reconhecem amamentação como fator importante na vida do lactente; 2) desmame precoce, as mães acabam interrompendo a amamentação com medo que os filhos sofram na separação aos 6 meses de vida; 3) experiência de amamentar na prisão, as mães apresentaram dificuldades de amamentar sem rede de apoio familiar.</p>
--	--	---	---

fonte: autoria própria

A partir da síntese dos resultados quatro barreiras foram encontradas. Promoção à saúde deficiente, devido a falta de educação em saúde e atividades da equipe de enfermagem que impactaram no conhecimento deficiente acerca da amamentação. Rede de apoio insuficiente, pela privação da convivência com amigos e familiares. Ambiente inadequado para a prática da amamentação e para o desenvolvimento dos lactentes. Por fim, os sentimentos negativos pela separação do filho ao completar 6 meses de vida.

Todos estudos analisados apresentaram como pelo menos um dos resultados, o ambiente inadequado para o aleitamento materno. Dos seis estudos analisados, quatro apresentaram a promoção da saúde deficiente, (MARIANO E SILVA, 2017; GUIMARÃES et al., 2017; SANTOS et al., 2018 e MEDEIROS et al., 2020). Quatro dos seis estudos apresentam como um dos resultados a angústia da separação, devido à separação do filho aos 6 meses de vida. Por fim, dois apresentaram rede de apoio insuficiente (MEDEIROS et al., 2020 e NUNES et al., 2020).

Dos seis artigos selecionados nesta revisão, três foram publicados no nordeste do país (GUIMARÃES et al., 2017; MEDEIROS et al., 2020 e SANTOS et al., 2018), e três na região sudeste (MARIANO E SILVA, 2017; NUNES et al., 2020 e

BARROSO E FERRARI, 2016). Com relação ao ano, dois foram publicados em 2020, um em 2018, dois em 2017 e um em 2016.

Discussão

O aleitamento materno, sinônimo de nutrição, vínculo, proteção, saúde, de fato sofre impactos negativos quando se trata do sistema carcerário. Todos os estudos analisados pontuaram pelo menos duas barreiras para a amamentação, evidenciando que ainda que existam leis, manuais, regras, que assegurem essa prática, o cenário e as condições impostas a maioria das vezes não colaboram para o seu sucesso.

Para alguns autores, a visão das mulheres encarceradas acerca da amamentação é de uma prática impositiva, de benefício unilateral e uma forma de assegurar a permanência do filho junto a si. Isso se deve à falta de profissionais qualificados para o aconselhamento e empoderamento dessas nutrizes. Aconselhar é compreender, ajudar as mães que podem amamentar, ajudando-as a lidar com pressões e fortalecendo sua autoconfiança e autoestima, dessa forma ela estará preparada para tomar suas próprias decisões, que devem ser respeitadas (QUEIROS; OLIVEIRA; MARTINS., 2009).

Nenhum dos autores relata a enfermagem como veículo de educação em saúde e ajuda para as detentas, e todos os relatos analisados tem como principal estimulante para o aleitamento materno a saúde e desenvolvimento do filho, exclusivamente. As práticas de promoção e educação em saúde possuem um impacto de grande escala no que tange o amamentar, e para isso é necessário que se disponibilizem profissionais qualificados para esse processo. A promoção da saúde no aleitamento, envolve trabalhar o conceito, aumentando seu reconhecimento, acerca dos benefícios, fazendo com que os indivíduos envolvidos no processo valorizem essa prática (SANTOS; FERRARI; TONETTE; 2019).

O direito de amamentar deve ser reconhecido como uma opção, onde a mulher entenda que existem benefícios para a saúde do bebê, mas também para sua saúde. Sabe-se que o aleitamento materno protege contra nova gravidez,

câncer de mama, diabetes tipo 2, além de outras inúmeras doenças (MINISTÉRIO DA SAÚDE; 2015).

A Lei 7.210/84, intitulada Lei de Execução Penal em seu art. 83 § 2º garante que os estabelecimentos penais destinados a mulheres, possuam berçário, onde elas possam cuidar dos filhos e amamentá-los, durante no mínimo 6 meses de idade, o que de fato acontece nas penitenciárias e ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente no art. 9º evidencia que deve-se propiciar condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães privadas de liberdade. Embora a lei garanta a existência de espaços destinados à permanência mãe-bebê, esses locais não possuem condições para o desenvolvimento do aleitamento saudável, pois são lugares barulhentos, conflituosos, insalubres além de não possuírem ambiência adequada.

Ambiência é um conceito presente na Política Nacional de Humanização que compreende espaço favorável ao desenvolvimento de relações, acolhimento e resolutividade, não sendo somente de natureza física, como social, profissional e interpessoal. É importante que haja conforto, e seja um facilitador de encontros de sujeitos (MINISTÉRIO DA SAÚDE; 2004). Um ambiente tranquilo, confortável, sem interferências e interrupções externas promove e apoia a amamentação (AZEVEDO ET AL; 2015).

Outro fator que implica no sucesso da amamentação no cárcere é a incerteza da permanência com o filho, ou separação, que acontece na maioria dos casos, quando a criança completa 6 meses de idade, preocupação essa mais frequente para os autores analisados. A interrupção da convivência contínua com o filho promove o desmame precoce, além de sentimentos como angústia, preocupação e tristeza na mãe, que impactam diretamente na produção e liberação do leite materno através da ocitocina. De acordo com Rezende e Montenegro (2014) esse hormônio que age nas células mioepiteliais e musculares, sendo responsáveis pela ejeção do leite, e ansiedade, depressão e estresse podem inibir sua liberação (COUTO; 2019).

Apenas dois autores citaram a falta de rede de apoio, porém sabe-se que o cárcere não propicia a convivência diária com familiares e amigos. Segundo a

Sociedade Brasileira de Pediatria a rede de apoio pode ser composta por diversas pessoas, instituições e profissionais, que ajudam a mulher de diversas formas, seja dando carinho, conselhos, ficando com o bebê para o seu descanso, dentre outras importantes funções que ajudam a mulher a passar pelo puerpério de forma menos cansativa.

A rede de apoio pode ser vista como um importante veículo de adesão e manutenção da amamentação pela nutriz. Ela é responsável por práticas acolhedoras, saberes culturais e históricos, contextos no qual a nutriz está inserida na sua vida social e influenciam nas suas decisões (PRATES ET AL; 2015). As lactantes encarceradas não podem usufruir dos benefícios de uma rede de apoio, estando a mercê de seus próprios instintos e saberes, pois também não podem contar com profissionais para instruí-las.

Para a maioria dos autores, as mães sofrem com a separação dos filhos, mas compreendem que o crescer na prisão é dolorido, pois desenvolvimento na prisão é limitado. As condições oferecidas nas prisões acabam por promover o desmame precoce, pois não contribuem para o sucesso da amamentação, impactando diretamente na saúde do recém nascido. O aleitamento materno é responsável por evitar mortes infantis, diarreias, infecções respiratórias, evita alergias, hipertensão, colesterol alto e diabetes, além de apresentar efeitos positivos na inteligência (MINISTÉRIO DA SAÚDE; 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As barreiras encontradas apontam que de fato existem déficits no que tange à saúde, políticas públicas e ao sistema carcerário. As políticas existentes não asseguram de fato a relação mãe-bebê, embora busquem favorecer o aleitamento materno exclusivo e em livre demanda dentro dos presídios. É evidente que o sistema carcerário é veículo de dificuldades acerca do aleitamento materno no cárcere, e que as condições nele encontradas corroboram para o desmame precoce, afetando o desenvolvimento e crescimento do lactente, impactando também diretamente na saúde da mãe, além de trazer danos emocionais ao binômio.

A literatura escassa pertinente à amamentação no cárcere se tornou uma limitação para o estudo. Essas dificuldades foram ainda mais acentuadas ao se tratar da produção brasileira. Desta forma, o presente estudo busca agregar na literatura, tendo em vista o número restrito de artigos encontrados, além de contribuir para a elaboração de estratégias no sistema carcerário acerca de promoção, educação em saúde na área materno-infantil. Além disso, atua como uma crítica, pois demonstra o afastamento entre as políticas já criadas até o presente ano e as práticas dentro dos presídios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, A. R. R.; ALVES, V. H.; DE SOUZA, R. D. M. P.; RODRIGUES, D. P.; BRANCO, M. B. L. R.; DA CRUZ, A. F. D. N. O manejo clínico da amamentação: saberes dos enfermeiros. **Esc Anna Nery**, [s. l.], v. 19, ed. 3, p. 439-455, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/BsFg7cnYsXZrxBHsV7cd7qD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2021.

BARROSO, S.F; FERRARI, I.F. Mãe encarcerada: laços e desenlaces com a criança. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São Paulo, v. 11, ed. 1, p. 238-248, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000100019. Acesso em: 2 ago. 2021.

Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO) – 1946. USP. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organização-Mundial-da-Saúde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswwho>. Acesso em: 13 jul. 2021.

COSTA, F. D. S.; DA SILVA, J. L. L.; MACHADO, E. A.; SOARES, L. M.; BREZOLIN, C. A.; SILVA, J. V. L. Promoção do aleitamento materno no contexto da estratégia de saúde da família. **Revista Rede de Cuidados em Saúde**, [s. l.], v. 13, ed. 1, p. 48-55, 1 jul. 2019. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/rcs/article/view/5546/2949>. Acesso em: 12 nov. 2021.

COUTO, J. Ocitocina: como funciona o "hormônio do amor" no parto e na amamentação. *In: Revista Crescer*. [S. l.]: Globo, 30 abr. 2019. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Gravidez/noticia/2019/04/ocitocina-como-funciona-o-hormonio-do-amor-no-parto-e-na-amamentacao.html>. Acesso em: 10 nov. 2021.

DONATO, H; DONATO, M. Etapas na Condução de uma Revisão Sistemática. **Revista Científica da Ordem dos Médicos**, [s. l.], v. 32, ed. 3, p. 227-235, 2020.

Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/195808557.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

DOS SANTOS, L. C.; FERRARI, A. P.; TONETE, V. L. P. Contribuições da enfermagem para o sucesso do aleitamento materno na adolescência: revisão integrativa da literatura. **Editora da Universidade Estadual de Maringá**, São Paulo, v. 3, ed. 4, p. 691-698, 19 mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/9708>. Acesso em: 11 nov. 2021.

GIUGLIANI, E. R. J. O aleitamento materno na prática clínica. **Jornal de Pediatria**, [s. l.], v. 76, ed. 3, p. 238-252, 2000. Disponível em: https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/registo/Aleitamento_materno_na_pratica_clinica/291. Acesso em: 12 nov. 2021.

MAMEDE, M. V.; KAKUDA, A. K.; TAVARES, M. S. G.; PELÁ, N. T. R.; MATUO, Y. K. Importância da amamentação no relacionamento saudável mãe e filho. **Revista Brasileira de Enfermagem**, São Paulo, v. 32, ed. 3, 1979. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/nqpbnsyqvxmCRBzwXKhR4cx/?lang=pt#>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MARIANO, G.J.S; SILVA, I.A. Significando o amamentar na prisão. **Texto & Contexto Enfermagem**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 01-11, 22 ago. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/4Lv7XCkjXNpWWtsJ5mfFTKh/?lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2021.

MEDEIROS, A.N; FERREIRA, B.M.V; COSTA, L.V.F.A; SILVA, J.C.B; GUERRA, M.C.G.C; ALBUQUERQUE, N.L.A. Aleitamento materno no sistema penitenciário: sentimentos da lactante. **Ciência Plural**, Recife, v. 6, ed. 1, p. 18-31, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/rcp/article/view/18255>. Acesso em: 2 ago. 2021.

MINAYO, M.C.S; RIBEIRO, A.P. Condições de Saúde dos presos do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, ed. 7, p. 2031-2040, jun 2015. DOI 10.1590/1413-81232015217.08552016. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2016.v21n7/2031-2040/pt/>. Acesso em: 1 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (Brasil). Divisão de Atenção às Mulheres e Grupos Específicos . 27/04/2020. **INFORMAÇÃO Nº 63/2020/DIAMGE/CGCAP/DIRPP/DEPEN**, Brasília, 2020. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1588195416_SEI_MJ11429916Informao_final.pdf . Acesso em: 13 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Cadernos de Atenção Básica: Saúde da Criança Aleitamento Materno e Alimentação Complementar**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 186 p. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf. Acesso em: 1 ago. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Humaniza SUS**. 1. ed. Brasília: EDITORA MS, 2004. 19 p.

MOUTINHO E PRATES MOUTINHO, T.B; PRATES, J.G.F.B. A mulher perante o sistema prisional brasileiro e a importância de medidas alternativas as prisões provisórias. *In: Jus.com.br*. Minas Gerais, abr 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/83805/a-mulher-perante-o-sistema-prisional-brasileiro-e-a-importancia-de-medidas-alternativas-as-prisoes-provisorias#:~:text=O%20aumento%20exacerbado%20do%20n%C3%BAmero,%2C7%25%20com%20tr%C3%AAs%20filhos>. Acesso em: 1 ago. 2021.

NUNES, L.R.C; DESLANDES, S.F; JANOTTI, C.B. Narrativas sobre as práticas de maternagem na prisão: a encruzilhada da ordem discursiva prisional e da ordem discursiva do cuidado. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 12, p. 01-11, 17 maio 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/WwcRZxZCnJmxJnBd7Jr5Gyq/abstract/?lang=en&format=html>. Acesso em: 2 ago. 2021. Nunes, Deslandes e Janotti (2020)

PRATES, L.A; SCHMALFUSS, J.M; LIPINSKI, J.M. Rede de apoio social de puérperas na prática da amamentação. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 19, ed. 2, p. 310-315, abr/jun 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/mK9rgcTD9PbtsDWHNqVTJJC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2021.

QUEIRÓS, P. D. S.; DE OLIVEIRA, L. R. B.; MARTINS, C. A. Elementos que interferem na amamentação exclusiva: percepção das nutrizes. **Revista de Saúde Pública**, [s. l.], v. 13, ed. 2, p. 6-14, 2009. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RSD/article/view/7120/8193>. Acesso em: 28 out. 2021.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok**: Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016. Disponível em: cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/cd8bc11ffdc397c32eecd40afbb74.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

SANTOS, J.B.L; SILVA, M.S. Encarceramento feminino: reflexões acerca do abandono afetivo e fatores associados. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 19, ed. 46, p. 459-474, set/dez 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v19n46/v19n46a07.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

SANTOS, M.V. Saúde em uma penitenciária do estado do Rio de Janeiro: a visão das mulheres encarceradas. Rio de Janeiro: [s. n.], dez 2015. 99 p.

SANTOS, R.M.A; LINHARES, F.M.P; MORAIS, S.C.R.V; GUEDES, T.G; GUIMARÃES, M.L. Diagnósticos de Enfermagem de mães encarceradas. **Revista Escola de Enfermagem USP**, [S. l.], v. 52, p. 01-07, 25 maio 2018. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342018000100423. Acesso em: 2 ago. 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Rede de Apoio faz diferença no aleitamento materno?. *In: Pediatría para famílias*. [S. l.]. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/especiais/pediatria-para-familias/nutricao/rede-de-apoio-faz-diferenca-no-aleitamento-materno/#:~:text=Chamamos%20de%20rede%20de%20apoio,do%20beb%C3%AA%2C%20ficando%20com%20o>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SOUZA, M.T; SILVA, M.D; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v.8, ed.1 Pt 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrTT34cXLjtBx/?lang=en>. Acesso em: 1 ago 2021.

Sobre os autores

Letícia Rezende da Silva
Graduanda de Enfermagem
rezendeleticia98@gmail.com

Thereza Christina dos Santos Figueira Cardoso
Enfermeira Ms. Thereza Christina dos Santos Cardoso
therezacardoso@yahoo.com.br

Natália Chantal Magalhães da Silva
Enfermeira Dr^a Natália Chantal Magalhães da Silva
natalia.c.silva@unirio.br